

# Galvêas assinará 'jumbo' dia 16

MILANO LOPES  
Da sucursal de BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, viajará no próximo domingo para Nova York onde espera, na segunda-feira, dia 16, participar do ato de assinatura dos contratos do "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, embora não haja certeza de que, até lá, este valor tenha sido completado. Acredita-se, no entanto que, se os bancos recalitrantes não aderirem, os US\$ 200 milhões restantes poderão ser completados pelos líderes da operação, sob a condição de o Banco Central manter o dinheiro depositado neles.

Aparentemente, a abertura para essa forma de completar o "jumbo" decorre da decisão conjunta, tomada no início da semana pelo Federal Reserve Board, o Controller of Currency e o Federal Insurance Deposits Corporation — três autoridades monetárias norte-americanas — de evitar qualquer punição para os bancos que tenham, no Brasil, empréstimos a um único tomador — no caso, o Banco Central — que ultrapasse o limite de 10% de sua carteira.

## FASE 2

A situação dos quatro projetos da fase 2 da Renegociação da dívida brasileira, neste início de semana, está assim: projeto 1, de rolagem da dívida vencida, sem problemas; projeto 2, de novos recursos, faltando ainda US\$ 200 milhões para completar o teto de US\$ 6,5 bilhões; projeto 3, de créditos comerciais, completa com a adesão integral dos bancos no valor de US\$ 9,9 bilhões; e projeto 4, de créditos interbancários, restando ainda US\$ 400 milhões para completar a meta negociada de US\$ 5,7 bilhões. Esta diferença, contudo, deverá ser coberta, sem problemas, pelas agências internacionais de créditos, segundo a expectativa das autoridades brasileiras.

O esforço maior para o fechamento de todo o "pacote" financeiro, do qual dependerá a liberação dos recursos do empréstimo condicional do FMI e a implementação do acordo de renegociação no âmbito do Clube de Paris, concentra-se na obtenção dos US\$ 200 milhões que faltam para o "jumbo". As tentativas frustradas de incluir os bancos árabes, espanhóis e italianos no empréstimo, feitas quando da permanência do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, em Nova York, na semana passada, parecem indicar que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, não obteve êxito total no seu giro de dezembro passado ao Oriente Médio e à Europa, justamente com o propósito de convencer os bancos recalitrantes a participarem do "pacote" brasileiro.

Pastore afirmou, na última quinta-feira, em Nova York, que a adesão do Kuwait Financial Corporation, o

maior banco árabe, poderia estimular a participação dos demais bancos da região, o que ele espera possa ocorrer durante esta semana. Na Espanha, o Banco de Bilbao resolveu ingressar com US\$ 13,1 milhões e o Banco Espanhol de Crédito com a quantia simbólica de US\$ 500 mil, o que também deverá afetar, positivamente, a disposição dos demais bancos espanhóis, que parecem dispostos a desistir da exigência, recusada pelo comitê assessor, de entrar com pesetas e não dólares, temendo os efeitos da valorização crescente da moeda americana sobre as moedas fortes da Europa.

Na Seplan afirma-se que, desde o início das negociações, ficou acertada uma operação de "window dressing" (cortina) a cargo dos bancos líderes do "jumbo", para completar eventuais insuficiências. O que se pretendeu, no entanto, foi esgotar todas as possibilidades do ingresso dos bancos de porte médio, para que eles assumissem também sua cota de responsabilidade como fornecedores de recursos novos dentro do "pacote" de renegociação da dívida brasileira.

Ficou acertado, no entanto, que uma eventual complementação do "jumbo" pelos bancos líderes não significaria um aumento, em caráter permanente, de sua participação no suprimento de "fresh money" ao Brasil, quando da renegociação das necessidades para 1985 e os anos seguintes.

## A VOLTA AO MERCADO

As necessidades de financiamento e refinanciamento das contas externas do País, em 1983 e este ano, tal como foram negociadas com os bancos e o Fundo Monetário Internacional, somam US\$ 24.468,5 milhões, assim discriminados: projeto 2, de 1984, US\$ 5.350 milhões; Clube de Paris, US\$ 2 bilhões; dinheiro novo, US\$ 9 bilhões, sendo US\$ 6,5 bilhões do "jumbo" e US\$ 2,5 bilhões de créditos governamentais; desembolsos do FMI relativos a 1984, US\$ 1,6 bilhão; desembolsos do FMI, saldo do ano passado, US\$ 1.233 milhões; desembolsos do projeto 1, saldo do ano passado, US\$ 1.762,5 milhões, recentemente recebido pelo governo.

A participação dos organismos internacionais ficou assim definida: Banco Mundial, este ano, US\$ 1.073 milhões; Banco Mundial, saldo do ano passado, US\$ 235 milhões; BID, 84, US\$ 445 milhões; e saldo do ano passado, US\$ 54 milhões. As agências governamentais deverão participar com US\$ 1,816 milhões, os empréstimos intercompanhias serão de US\$ 400 milhões e os investimentos diretos, de US\$ 500 milhões, perfazendo o total de US\$ 25.468,5 milhões.

Como não foi possível concluir as negociações em 1983, o Brasil deixou de receber a primeira parcela do "jumbo", de US\$ 3 bilhões, tendo

fechado o balanço de pagamentos do ano passado com reservas negativas, representando os atrasados comerciais e de juros, os quais, de acordo com o **advisory committee**, correspondem a US\$ 2,3 bilhões, dos quais US\$ 1,3 bilhão referentes a juros devidos desde 4 de outubro último. Contudo, como o País acumulou reservas e depósitos no valor de US\$ 700 milhões em bancos no Exterior, os atrasados líquidos ficam reduzidos a US\$ 1,6 bilhão, os quais somente deverão ser liquidados a partir do dia 31 do corrente, data prevista para o desembolso da primeira parcela do "jumbo", pressupondo-se que os respectivos contratos serão mesmo firmados no próximo dia 16.

Todas as autoridades econômicas consultadas, a começar pelos ministros do Planejamento e da Fazenda e pelo presidente do Banco Central, asseguram que o Brasil não retornará ao mercado este ano para negociar uma eventual complementação de recursos destinados a fechar as contas do balanço de pagamentos em 1984. Segundo essas autoridades, a renegociação será reativada no segundo semestre, porém com vistas a 1985, pois a definição do "pacote" considerou todas as necessidades de financiamento e refinanciamento das contas brasileiras até dezembro do corrente ano.

As dúvidas quanto a essa colocação das autoridades brasileiras são levantadas tanto no Exterior, pelos próprios banqueiros credores, quanto dentro do País, por representantes do mundo acadêmico, inclusive o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, na opinião de quem será inevitável voltar ao mercado para levantar os recursos que serão necessários ao fechamento das contas de 1984.

O principal argumento é o de que o Brasil reivindicou US\$ 9 bilhões de dinheiro novo, tendo obtido apenas US\$ 6,5 bilhões e que a complementação de US\$ 2,5 bilhões foi concedida através de créditos comerciais de governo, que terão de ser utilizados para financiar importações, podendo ser ou não aplicados durante o exercício.

Além disso, o equilíbrio do "pacote" está na dependência da efetivação de difíceis metas de balanço de pagamentos, a começar pelo superávit comercial de US\$ 9 bilhões, que pressupõe um crescimento de 12,1% nas exportações, sendo 13,3% de produtos primários, inclusive 5,5% de café e 26,1% de produtos do complexo soja, além de um acréscimo de 10,9% nas exportações de industrializados.

Previu-se, também, um déficit em conta corrente de apenas US\$ 6 bilhões, o que dependerá, em grande parte, do comportamento de taxas de juros na faixa de 10,5% (Libor), pelo menos até junho deste ano.



Arquivo

Ministro viajará para Nova York no próximo domingo